

COLABORAÇÃO PREMIADA COMENTÁRIOS AOS §§ 1º AO 5º DO ARTIGO 4º DA LEI 12.850/2013

Gabriel Luiz Vitola¹
André Luis Pontarolli²
Jamal Abi Faraj³

Resumo

Uma das maiores inovações trazidas pela Lei das Organizações Criminosas - Lei nº 12.850/2013 - é o detalhamento de todo o procedimento para realização do acordo de colaboração premiada. Anteriormente denominado como “delação”, o instituto prevê a possibilidade de se conceder vantagens processuais àquele que colabora com o Poder Judiciário. A lei permite a possibilidade de realização do acordo em qualquer fase do processo, inclusive após eventual condenação do colaborador. Ao passo que é relativamente recente a vigência da lei em exame, a doutrina atual se pauta basicamente na interpretação da redação de seus dispositivos. Desta forma, com a ausência de maior posicionamento jurisprudencial sobre o tema, várias dúvidas ainda existentes e interpretações doutrinárias contrastantes são abordadas neste artigo. Os pontos que causam maior controvérsia são relativos à iniciativa do Delegado de Polícia para requerer em juízo a concessão de benefícios ao colaborador e a possível inconstitucionalidade em se atribuir à autoridade policial tal capacidade.

Palavras chave: Colaboração premiada; Delação premiada; Acordo de colaboração; procedimento; Lei 12.850/2013.

Introdução

O combate ao crime organizado é um grande desafio na sociedade atual. Com a estrutura complexa e formas de atuação que podem possuir as organizações criminosas, com crimes que podem ter inclusive caráter transnacional, é evidente a dificuldade cada vez maior do estado na tarefa de investigar.

Saliente-se ainda os crimes de “colarinho branco”, muitas vezes ligados à corrupção e cometidos por indivíduos com grande influência social, trazendo ainda mais empecilhos no processo investigativo.

A colaboração premiada, anteriormente chamada de delação, oferece vantagens processuais àquele que, assumindo sua conduta criminosa, decide auxiliar as autoridades na elucidação dos crimes cometidos, na prevenção do

¹ Gabriel Luiz Vitola é bacharel em Desenho Industrial pela Universidade Positivo, bacharelando do curso de Direito das Faculdades OPET e servidor público - técnico judiciário - do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. E-mail: gabrielvitola@gmail.com

² Orientador. Professor de Direito Penal das Faculdades OPET. E-mail: andre_pontarolli@hotmail.com

³ Revisor. Professor de Direito Penal das Faculdades OPET

cometimento de novas infrações, na recuperação do proveito do crime, na localização de eventual vítima com integridade física preservada ou, ainda, na identificação da estrutura da organização a que este pertence.

A Lei 12.850/2013 não é a primeira a importar tal instituto para o direito pátrio, entretanto, é a primeira a organizar a forma de sua aplicação de maneira detalhada, trazendo requisitos objetivos e subjetivos para sua concessão, a forma com que é realizada e homologada a proposta e, ainda, elenca direitos ao colaborador.

A seção I da Lei em exame, que abrange os artigos 4ª ao 7º desta, especificam de maneira detalhada a proposta, legitimação, homologação e aplicação dos benefícios nas diversas fases da investigação. Frise-se que a lei é clara ao dispor que a colaboração poderá – desde que contidos os requisitos necessários para concessão - ocorrer a qualquer tempo, seja no andamento do inquérito, no curso da ação penal ou, ainda, após o trânsito em julgado da sentença.

O objeto de estudo deste artigo são os parágrafos 1º ao 5º do Artigo 4º da Lei 12.850/2013, abordando especialmente a forma com que a doutrina se divide na interpretação de tais dispositivos.

Parágrafo primeiro

§ 1º Em qualquer caso, a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração.

O primeiro parágrafo do Art. 4º traz outros requisitos para realização da colaboração premiada diversos dos existentes no *caput*. Aqueles contidos nos incisos do *caput* do artigo possuem maior objetividade e, principalmente, são alternativos. Ou seja, o indiciado poderia fazer jus ao benefício da colaboração premiada mesmo atendendo um único requisito ali presente. Entretanto, a aplicação isolada dos incisos da cabeça do artigo poderia ensejar graves distorções no caso concreto.

Como no exemplo utilizado por Cunha e Pinto⁴ no caso de um sequestro seguido de morte, a mera recuperação do proveito da infração (como o dinheiro pago no resgate) – atendendo o requisito contido no Art. 4º, inciso IV da Lei 12.850/13, poderia demonstra-se totalmente desfavorável à sociedade. Objetivamente o acordo deveria ser realizado, pois atende um dos requisitos do caput do artigo 4º. Para correção de possíveis distorções, o §1º contém outros requisitos, onde o operador pode ajustar ao caso concreto a real possibilidade da aplicação do benefício.

Conforme ensina Greco Filho⁵, é necessária a avaliação de tais circunstâncias, uma vez que a colaboração e seus efeitos não geram automaticamente o direito ao benefício (perdão judicial e redução da pena). Assim, o dispositivo demonstra uma não vinculação à concessão do benefício, podendo o juiz negá-lo caso se depare com o não atendimento aos demais requisitos ali previstos.

A **personalidade do colaborador** trata-se de circunstância pessoal do colaborador de difícil aferição. É o elemento subjetivo constante no parágrafo primeiro do artigo em exame (Art. 4º). A exemplo do que já ocorre com o contido no Art. 59 do CP – para dosimetria da pena – existe grande dificuldade em se afirmar quando esta circunstância pode ser considerada positiva ou negativa.

Como ensinam Pacelli e Fisher⁶:

Ora, não há tecnologia ou ciência suficientemente desenvolvida, ou cujo conhecimento técnico seja seguro quanto aos vários e possíveis diagnósticos acerca da personalidade de quem quer que seja! Certamente não se trata de questão jurídica, o que, já por aí, tornaria o juiz refém de laudos médicos, psicológicos ou psiquiatras.

Schmitt⁷ trata a personalidade como “algo surpreendente, pois em certo momento uma pessoa pode se revelar de uma forma, mas na verdade ou em

⁴ CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Crime Organizado**: Comentários à nova lei sobre o Crime Organizado – Lei nº 12.850/2013. 2.ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014.

⁵ GRECO FILHO, Vicente. **Comentários à Lei de Organização Criminosa**: Lei nº 12.850/13. 1.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

⁶ PACELLI, Eugênio; FISHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

⁷ SCHIMITT, Ricardo Augusto. **Sentença Penal Condenatória**. 5.ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011.

seguida exterioriza conduta bem diversa.” E complementa que a valoração negativa da circunstância em exame “se revela como sendo de alta complexidade”, defendendo que não poderia ser de responsabilidade apenas do juiz “por não estar afeta à sua seara de atuação, por não estar [o juiz] habilitado tecnicamente a proceder com a melhor análise e valoração”.

Outro ponto a ser destacado é que a lei não requer primariedade nem de bons antecedentes do colaborador, ou seja, se o indiciado já tiver extensa ficha criminal pode se beneficiar da colaboração premiada. Ainda, nada impede o agente que já foi beneficiado pelo instituto utilizá-lo inúmeras outras vezes. Diante das características e peculiaridades dos crimes – e também dos agentes – associados à uma organização criminosa, parece claro que se houvessem tais exigências (primariedade e bons antecedentes) existiria grande dificuldade em se utilizar o instituto da colaboração.

Diante de tais peculiaridades, a personalidade do colaborador é circunstância que não pode ser verificada de forma isolada, devendo ser sopesada conjuntamente com os demais requisitos constantes no parágrafo.

Quando a legislação cita o termo “**natureza**” para se referir ao fato criminoso, procura relação com a espécie de crime cometido pela organização criminosa. Embora todas as condutas que tenham sido tipificadas como criminosas atinjam um bem jurídico que o legislador entendeu por bem proteger, é inegável que algumas possuem natureza diversa, o que pode - em conjunto com os demais elementos dispostos neste parágrafo – ser levado em conta ao se conceder os benefícios previstos na colaboração. Cunha e Pinto⁸ trazem interessante exemplificação quando mostram que é diferente estar frente um crime de sequestro seguido de morte, onde se atinge o bem mais precioso do ser humano, e de contrabando ou descaminho, que causa danos tão somente de caráter fiscal.

⁸ CUNHA; PINTO, 2014.

As **circunstâncias** do crime, a exemplo do que ocorre com a personalidade do colaborador, guardam ligação com o contido no Artigo 59 do Código Penal, quando trata da individualização da pena. Como ensina Schmitt⁹:

Trata-se do *modus operandi* empregado na prática do delito. São elementos que não compõem o crime, mas que influenciam em sua gravidade, tais como o estado de ânimo do agente, o local da ação delituosa, as condições de tempo e o modo de agir, o objeto utilizado, dentre outros.

Ainda, a **gravidade e repercussão social** do fato criminoso são outros elementos objetivos que devem ser sopesados pelo magistrado ao avaliar a possibilidade de se realizar o acordo de colaboração. Para Silva¹⁰:

É possível que mesmo preenchendo os demais requisitos para o acordo, o investigado tenha praticado crime com requintes de crueldade que desaconselham a adoção do instituto ou que sua conduta tenha causado grave comoção social em razão da qualidade da vítima.

Nucci¹¹ salienta que quando se avalia a gravidade do fato criminoso, deve-se voltar para seu sentido concreto. Não se pode simplesmente voltar-se para gravidade abstrata da espécie de crime de cometido e sim para “o que ela [infração] provocou na realidade”.

Finalmente, a **eficácia da colaboração** remete-se ao já tratado pela lei nos incisos I ao V do caput do artigo 4º. Entretanto, enquanto aqueles são atendidos objetivamente, ou seja, o colaborador deve realizar um dos auxílios à investigação ali descritos, aqui o olhar deve se voltar para a utilidade da colaboração prestada e para o rumo da investigação/ação penal.

Importante salientar que o magistrado atua em dois importantes momentos em que se deve ser avaliado o acordo de colaboração premiada. O primeiro é quando da homologação do acordo realizado com o colaborador. Depois o juiz novamente avalia os rumos da colaboração para concessão – ou não - dos benefícios ao final do processo, quando proferirá a sentença.

⁹ SCHIMITT, 2011.

¹⁰ SILVA, 2014.

¹¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Parágrafo segundo

§ 2º Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

O perdão judicial é benefício já previsto no *caput* do Artigo 4º da Lei 12.850/2013. Entretanto, a redação do parágrafo segundo permite a concessão do benefício independentemente deste estar previsto no acordo de colaboração. Aqui o pedido leva em conta a relevância da colaboração prestada.

É causa de grande polêmica o parágrafo em exame ao conferir ao delegado de polícia a possibilidade de representar pela concessão do perdão judicial. Neste ponto é levantada a possível inconstitucionalidade do dispositivo, uma vez que violaria o contido no Art. 129, inciso I da Constituição Federal, o qual confere ao Ministério Público a função de promover privativamente a ação penal pública.

Defendendo a inconstitucionalidade do dispositivo, Silva¹² salienta que a atividade judicial não pertence ao delegado de polícia:

Daí por que a lei é inconstitucional ao conferir tal poder ao delegado de polícia, via acordo com o colaborador, ainda que preveja a necessidade de parecer do Ministério Público e de homologação judicial, pois não pode dispor de atividade que não lhe pertence, ou seja, a busca da imposição penal em juízo, vinculando o entendimento do órgão responsável pela acusação.

Pacelli e Fisher¹³, embora defendam a iniciativa da autoridade policial de representar para o provimento de medidas cautelares necessárias à investigação, entendem que a titularidade da ação penal pública – que pertence privativamente ao Ministério Público – é ferida com a capacidade postulatória conferida pela Lei 12.850/2013, tornando os §§ 2º e 6º inconstitucionais.

¹² SILVA, 2014.

¹³ PACELLI; FISHER, 2013.

A doutrina que defende a inconstitucionalidade de se conferir o poder de representar pelo perdão judicial à autoridade policial concorda que este pode ser concedido caso exista a manifestação favorável do *parquet*.

Pela constitucionalidade do dispositivo, entre outros autores, encontram-se Cunha e Pinto¹⁴. Entendem estes que a representação é ato que pode ser inserido nas atribuições do delegado de polícia, assim como já se encontram: a representação pela decretação da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal (Art. 13, IV) e na Lei Maria da Penha (Art. 20 da Lei 11.340/2006) e, ainda, na representação pela prisão temporária (Art. 2º da Lei 7.960/1989). Frisam que “(...) a lei somente admite a representação na fase de inquérito, o que destaca o caráter investigatório da medida, típico da atividade policial.”

Importante salientar a utilização do termo “a qualquer tempo” na redação do §2º. A Lei nº 12850/2013 inova ao permitir que a colaboração seja realizada tanto antes da existência do processo (colaboração pré-processual), quanto durante o processo (processual) e, ainda, após a prolação da sentença (colaboração pós-processual). A colaboração pós-processual é mais detalhadamente abordada abaixo, quanto da análise do §5º do Artigo 4º da Lei.

Dividem-se, ainda, os entendimentos quanto a aplicação do Art. 28 do Código de Processo Penal, o qual dispõe sobre a remessa dos autos ao procurador geral quando o juiz não concordar com pedido de arquivamento formulado pelo promotor de justiça. Na aplicação do referido artigo no Código de Processo Penal, cabe ao procurador oferecer a denúncia, designar outro promotor para oferecê-la ou, ainda, insistir no pedido de arquivamento quando, só então, fica o juiz obrigado a atender.

De uma maneira geral, aqueles que defendem a impossibilidade de haver a representação por parte do delegado de polícia para a concessão do perdão judicial – com a inconstitucionalidade de tal disposição no §2º - não veem possibilidade da utilização do dispositivo.

Defende-se que, uma vez que a concessão do perdão judicial é ato privativo do juiz e causa de extinção da punibilidade do réu - diferentemente do pedido

¹⁴ CUNHA; PINTO, 2014.

arquivamento, não há o como se imaginar na necessidade de o juiz ouvir o procurador geral quando não quiser conceder o perdão, muito menos ficar obrigado a concedê-lo caso haja insistência do Ministério Público.

Já os doutrinadores que defendem a constitucionalidade em se dar à autoridade policial a atribuição de representar pela concessão do perdão, ou mesmo aqueles que entendendo pela inconstitucionalidade dão ênfase à necessidade de haver obrigatoriamente a concordância do Ministério Público, a aplicação do Art. 28 do Código de Processo Penal se daria nos casos em que o *parquet* não concorde com a representação do delegado de polícia. Ouvido o procurador geral seria dirimida a controvérsia, não podendo o juiz conceder o perdão caso haja a insistência na não concessão do benefício.

Parágrafo terceiro

§ 3º O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

Este dispositivo permite que o órgão ministerial aguarde a demonstração de eficácia da colaboração antes da concessão de qualquer benefício ao indiciado. Isso significa que o Ministério Público pode gozar de um prazo de até um ano para ofertar ou não a denúncia contra o colaborador. Neste prazo as investigações e diligências podem ser melhor realizadas, a fim de que se julgue se a prestação do colaborador é verídica e se está apta a cumprir de maneira eficaz sua finalidade no caso concreto.

Há importante relevância no uso do termo “relativos ao colaborador” no texto da lei. O legislador optou por não utilizar o termo “contra o colaborador” o que, como ensina Greco Filho¹⁵, significa dizer que se trata da possibilidade de suspensão dos prazos para todo o processo em que ocorra a colaboração e não somente em relação ao colaborador. Segundo o autor é adequada tal possibilidade, uma vez que

¹⁵ GRECO FILHO, 2014.

o prosseguimento do processo pode depender substancialmente do resultado da colaboração.

Tanto o pedido de suspensão do prazo quanto sua prorrogação devem solicitados ao Poder Judiciário. Findo o prazo previsto restam somente duas opções ao *parquet*: deixar de oferecer a denúncia se for aplicada a hipótese prevista no §4º (vide abaixo); ou oferecer a denúncia, uma vez que os demais benefícios previstos na lei pressupõem a existência de um processo. Frise-se que, no segundo caso, somente é dado o benefício (perdão, redução ou substituição da pena) quando proferida a sentença.

Parágrafo quarto

§ 4º Nas mesmas hipóteses do caput, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se o colaborador:

I - não for o líder da organização criminosa;

II - for o primeiro a prestar efetiva colaboração nos termos deste artigo.

Também chamado de acordo de imunidade, trata-se de caso de mitigação do princípio da obrigatoriedade. O Ministério Público, através dos termos do acordo de colaboração, opta por deixar de oferecer denúncia ao colaborador. A possibilidade de deixar de se oferecer denúncia ao acusado já encontrava outras hipóteses no ordenamento jurídico, como na transação penal perante o Juizado Especial Criminal e no acordo de leniência junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Como ensina Silva¹⁶:

Não é a primeira vez que tal princípio figura na legislação brasileira em relação à ação penal pública, pois foi introduzido pela Lei nº 9.099/95, que disciplinou a possibilidade de o Ministério Público deixar de promover a ação penal pública em razão de acordo de transação penal com o suposto autor de infração de menor potencial ofensivo, desde que presentes os requisitos legais (art. 76).

Estando o benefício contido no acordo de colaboração, o juiz pode discordar do acordo de imunidade e não homologar a colaboração. Aqui o benefício guarda semelhança com o pedido de arquivamento, sendo que em caso de discordância do

¹⁶ SILVA, 2014.

magistrado deve haver a aplicação do Art. 28 do Código de Processo Penal, sendo a decisão final dada pelo Ministério Público.

Mendonça¹⁷ frisa que o benefício em análise possui grande fragilidade, pois faz coisa julgada material, não podendo a ação ser retomada se não for cumprido o acordo de colaboração. Assim, o autor aponta no sentido de se utilizar da suspensão do prazo para oferecimento da denúncia (§3º do Artigo 4º da Lei), antes de se decidir por deixar de oferecer denúncia ao colaborador.

Noutro vértice, Greco Filho¹⁸ defende que o acordo de imunidade, por não se tratar de causa extintiva da punibilidade, deve equivaler ao arquivamento do inquérito. Segundo o autor em havendo novas provas, o processo pode ser reaberto conforme Artigo 18 do Código de Processo Penal¹⁹ e Súmula nº 524 do STF²⁰.

Os incisos I e II do parágrafo 4º também trazem à tona grande discussão. Primeiro na problematização de se apontar quem é – ou quem não é – o líder da organização criminosa. Esta pode conter estruturas complexas, possuindo não somente uma única liderança. Depois, com a possibilidade de aplicação tão somente ao primeiro colaborador, a lei inicia uma “corrida” entre os acusados, o que pode trazer menor resultado prático à sociedade. Frise-se que os requisitos dos incisos I e II precisam ser cumulativamente cumpridos para possibilidade aplicação do acordo de imunidade.

A discricionariedade na concessão do benefício é ponto controverso no contido no parágrafo 4º. Defendem Pacelli e Fisher²¹ que o uso por parte do legislador do termo “**poderá**” garante ao Ministério Público a possibilidade de ter maiores cuidados com a mitigação do princípio da obrigatoriedade, sem que possa se falar em direito subjetivo do colaborador uma vez que a lei não obriga o *parquet* a não denunciar.

¹⁷ MENDONÇA, Andrey Borges de. A colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). **Custos Legis**, Rio de Janeiro, v.4, 2013. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/publicacoes/custos-legis>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

¹⁸ GRECO FILHO, 2014.

¹⁹ Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

²⁰ Súmula 524/STF – Arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, a requerimento do promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.

²¹ PACELLI; FISHER, 2013.

Há posicionamento em contrário, como o de Cunha e Pinto²², de que não se pode haver discricionariedade na aplicação do dispositivo, a exemplo do que já ocorre com a suspensão condicional do processo, aplicando-se por analogia o contido na súmula nº 696/STF²³. Seria, com este entendimento, um direito do colaborador que preencha os requisitos do referido parágrafo.

Além da existência de outros casos de mitigação do princípio da obrigatoriedade em nosso ordenamento jurídico, conforme já citado acima, Mendonça²⁴ lembra que estes já encontravam apoio no contido no Artigo 26, item 3 da Convenção de Palermo²⁵ e Artigo 37 da Convenção de Mérida²⁶.

Parágrafo quinto

§ 5º Se a colaboração for posterior à sentença, a pena poderá ser reduzida até a metade ou será admitida a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos.

O §2º do Artigo 4º da Lei 12.850/2013 já havia abordado a possibilidade de realização do instituto da colaboração premiada a qualquer tempo. Assim, o §5º veio especificar a hipótese de sua realização após a sentença.

²² CUNHA; PINTO, 2014.

²³ Súmula 696/STF: Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao procurador-geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do código de processo penal.

²⁴ MENDONÇA, 2015.

²⁵ 3. Os Estados Partes procurarão cooperar, na medida das suas possibilidades, para enfrentar o crime organizado transnacional praticado com recurso a meios tecnológicos modernos.

²⁶ ARTIGO 37:

1. Cada Estado Parte adotará as medidas apropriadas para restabelecer as pessoas que participem ou que tenham participado na prática dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção que proporcionem às autoridades competentes informação útil com fins investigativos e probatórios e as que lhes prestem ajuda efetiva e concreta que possa contribuir a privar os criminosos do produto do delito, assim como recuperar esse produto.

2. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de prever, em casos apropriados, a mitigação de pena de toda pessoa acusada que preste cooperação substancial à investigação ou ao indiciamento dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção.

3. Cada Estado parte considerará a possibilidade de prever, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, a concessão de imunidade judicial a toda pessoa que preste cooperação substancial na investigação ou no indiciamento dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção.

4. A proteção dessas pessoas será, mutatis mutandis, a prevista no Artigo 32 da presente Convenção.

5. Quando as pessoas mencionadas no parágrafo 1 do presente Artigo se encontrem em um Estado Parte e possam prestar cooperação substancial às autoridades competentes de outro Estado Parte, os Estados Partes interessados poderão considerar a possibilidade de celebrar acordos ou tratados, em conformidade com sua legislação interna, a respeito da eventual concessão, por esse Estado Parte, do trato previsto nos parágrafos 2 e 3 do presente Artigo.

Também chamada por Mendonça²⁷ de colaboração tardia ou pós-processual, esta pode se realizar após o trânsito em julgado da sentença que condenou o colaborador. Novamente a lei demonstra o objetivo maior de se trazer eficácia à colaboração, independentemente do momento em que o acordo é realizado.

Neste diapasão é necessário olhar com cautela para tal possibilidade, um vez que, conforme pontua o autor supracitado, cresce o risco da realização de acordos falsos.

Ensina Silva²⁸:

(...) segundo a experiência italiana, é nessa fase que é realizada a maioria dos acordos de colaboração premiada, pois o colaborador já tem sua situação processual definida. (...) Porém, se de um lado aumenta a possibilidade de acordos frutíferos, de outro aumenta proporcionalmente a previsão de acordos falsos ou não dotados de eficácia.

Em um primeiro momento, é possível imaginar que tal possibilidade é benéfica ao indiciado, uma vez que este pode aguardar o desfecho do processo onde é réu para então, após esgotados seus meios de defesa, verificar se lhe é mais vantajoso realizar um acordo de colaboração premiada.

Outrossim, temos que imaginar que com morosidade existente em nosso sistema judiciário, pode não haver mais qualquer utilidade – ou eficácia – a colaboração que o condenado possa realizar.

Ainda, nenhuma eficácia teria a colaboração se esta vier a incriminar outros indiciados que já tiverem sido absolvidos dos crimes cometidos. Isso se dá, por óbvio, uma vez que não se admite em nosso ordenamento jurídico a revisão *pro societate*.

O acordo de colaboração premiada pós processual deve ser homologado pelo juiz de execução penal, conforme a interpretação da Súmula nº 611 do Supremo Tribunal Federal²⁹.

²⁷ MENDONÇA, Op. cit.

²⁸ SILVA, 2014.

²⁹ Súmula 611/STF - Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.

No que toca a progressão de regime sem que sejam atendidos os requisitos **objetivos**, importante destacar a interpretação de Nucci³⁰, o qual entende pela desnecessidade também de se atender a requisitos **subjetivos**: “Embora não se mencione expressamente a dispensa dos requisitos subjetivos, por obvio, se o mais (tempo de cumprimento) é afastado, o menos (merecimento) também.”

Conclusão

O maior detalhamento na aplicação do instituto da colaboração premiada, algo que era uma lacuna nas legislações anteriores, amplia as possibilidades para sua concessão. Entretanto, a lei traz ferramentas ao magistrado a fim de que o benefício seja também da sociedade, ou seja, que a colaboração possa ser útil não só ao criminoso. Para isso, as disposições contidas nos parágrafos do artigo 4º permitem a adequação do caso concreto à possibilidade de se realizar um acordo de colaboração premiada, como nos requisitos objetivos e subjetivos ali contidos, bem como espaço para que o julgador possa negar fundamentadamente a concessão do benefício nos casos em que claramente estes seriam sinônimo de impunidade e não de mútuo benefício entre sociedade e colaborador arrependido.

Outro importante tema estudado é a delimitação de quais benefícios podem ser concedidos nas diferentes fases processuais e diferentes colaboradores, exemplo disso é a possibilidade de se deixar de oferecer denúncia, benesse que somente pode ser concedida ao primeiro que prestar a colaboração, desde que este não seja o líder da organização criminosa (§4º).

Ainda, existem enormes divergências na doutrina ao interpretar os dispositivos em estudo. Enquanto alguns doutrinadores enaltecem a novidade contida em uma disposição, outras opiniões igualmente respeitadas e fundamentadas apontam para total inconstitucionalidade do mesmo texto. Aparentemente tais divergências ocorrem por ser tão nova a lei examinada. Ao passo que as posições jurisprudenciais dos tribunais superiores passem a dar a interpretação reiterada da aplicação do instituto, imagina-se que provavelmente novos rumos serão tomados pela doutrina.

³⁰ NUCCI, 2014.

Referências

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Crime Organizado: Comentários à nova lei sobre o Crime Organizado – Lei nº 12.850/2013**. 2.ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Comentários à Lei de Organização Criminosa: Lei nº 12.850/13**. 1.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 2.ed., Salvador: Editora Juspodivm, 2014.

MENDONÇA, Andrey Borges de. A colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). **Custos Legis**, Rio de Janeiro, v.4, 2013. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/publicacoes/custos-legis>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACELLI, Eugênio; FISHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

SCHIMITT, Ricardo Augusto. **Sentença Penal Condenatória**. 5.ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011.

SILVA, Eduardo Araujo da. **Organizações Criminosas: Aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2014.